



IV CINTEDI

EDIÇÃO DIGITAL

10, 11 E 12 DE NOVEMBRO DE 2021

ISSN: 2359-2915

LIDANDO COM O DIFERENTE: PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PSICOLÓGICA A PARTIR DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA COM EDUCADORES E FAMILIARES DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Rayanne Maria Pereira Barreto ¹
Lucinda Maria da Rocha Macedo ²

RESUMO

O presente trabalho diz respeito a uma proposta de intervenção com educadores e familiares da educação infantil sob a perspectiva da educação inclusiva. Assim, tem por base a experiência de um estágio básico obrigatório desenvolvido no curso de graduação em psicologia, realizado no âmbito da psicologia escolar. O caminho metodológico para a construção da proposta envolveu observação do campo, orientações coletivas e pesquisas bibliográficas sobre o campo da psicologia escolar, bem como sobre as teorias e métodos de intervenção para o problema observado. A intervenção proposta é referente à observação de dificuldades dos educadores em lidar com crianças que apresentam comportamentos não-normativos. Somado a isso, há uma relação fragilizada estabelecida entre família e escola, a qual é compreendida como essencial no processo de ensino-aprendizagem dos alunos. A partir dessas percepções, entende-se a existência de diversos problemas, acarretando em um ambiente adoecedor para todos os envolvidos, especialmente para educadores e para a criança em questão. Por meio de tal análise, foi possível chegar em uma intervenção em três blocos, destinada ao público citado, envolvendo conscientização sobre o tema, capacitação em uma abordagem das ciências do comportamento e momentos terapêuticos grupais. Diante do exposto, espera-se que seja possível o estabelecimento de um ambiente saudável e acolhedor às demandas apresentadas pelos alunos/as em sala de aula, bem como a ampliação do diálogo com a família. Com isso, a expectativa é de contribuir cada vez mais para uma educação inclusiva, trazendo melhorias para a educação brasileira de forma ampla.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Educação Infantil, Família, Educadores, Psicologia escolar.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é uma proposta de intervenção para o âmbito escolar, calcada na experiência de um estágio básico obrigatório no curso de graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, o qual foi realizado em um colégio particular na cidade do Recife - PE. Essa escola oferta desde a educação infantil ao ensino médio, mas as observações aconteceram no segmento da educação infantil, mais especificamente nos anos iniciais, nas turmas de Infantil II e III.

¹ Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, barretoyar29@gmail.com;

² Professora orientadora: doutora em Serviço Social (UFPE), professora adjunta da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, lucinda.macedo@ufpe.br.



Antes de focar na proposta mencionada, é preciso entender o que configura uma intervenção e, sobretudo, a sua importância no campo da psicologia escolar. Nesse sentido, entende-se, assim como Lages (1967 *apud* NEIVA, 2010), que a intervenção psicossocial pode ser considerada tanto uma metodologia prática de mudança social quanto uma metodologia voltada ao campo da pesquisa. Não obstante, com o intuito de promover uma mudança o mais completa possível, essa prática deve ser focada em diferentes grupos, instituições, organizações e comunidades, respeitando as diversidades de cada um (NEIVA, 2010).

A partir dessa compreensão, as intervenções podem ocorrer nas diversas áreas da psicologia. Nesse sentido, existe a psicologia escolar que, segundo Martínez (2010), é uma área que necessita de diversos conhecimentos das teorias psicológicas, contribuindo com os processos de aprendizagem e desenvolvimento que fazem parte da escola. Entretanto, olhando para o campo de atuação, percebe-se uma série de dificuldades nesta área, pois há a presença da atribuição tradicional do papel do psicólogo com foco apenas no aluno, esperando intervenções referentes ao fazer clínico (ANDRADA, 2005). Para romper com essa perspectiva, a autora (*ibidem*) propõe como necessário quatro focos de intervenção, que são: 1) uma prática coerente e atualizada das teorias de aprendizado e desenvolvimento; 2) envolvimento da família e educadores no processo de formação e educação das crianças; 3) esclarecimento das funções psicológicas envolvidas no processo de ensino e aprendizagem; e 4) foco nos sistemas de interação existentes na escola.

Diante do exposto, partindo para o enfoque da proposta interventiva, foi construída uma metodologia para dar conta da construção do trabalho final da disciplina, a partir de quatro passos: 1) observação do campo; 2) orientações coletivas junto à professora orientadora e aos colegas da turma; 3) pesquisa bibliográfica sobre a psicologia escolar; e 4) pesquisa bibliográfica sobre a teoria do foco de intervenção encontrado e possíveis métodos de intervenção.

Com isso, foi possível tecer aproximações sucessivas de análises sobre diversas situações e demandas no espaço escolar citado. Primeiramente, na observação do campo, o que mais chamou a atenção foi a apresentação de comportamentos agressivos, impulsivos e hiperativos por parte de uma criança do Infantil III, com a qual os educadores da turma não sabiam lidar. Esse despreparo foi demonstrado por diversas vias, tendo como exemplos as seguintes formas: 1) ficar sempre muito próximo a criança quando essa tentava brincar com outras crianças, chegando a ser invasivo; 2) sair de sala com a criança sob qualquer motivo, promovendo exclusão do aluno; 3) repreender de maneira ríspida todo comportamento



indesejado; e 4) relatar tal discente como uma criança difícil para os demais, contribuindo para uma visão negativa do aluno.

Sobre esse tópico, entende-se que os comportamentos mencionados raramente acontecem sem motivo, pois, tal como é visto por Barros e Silva (2006), a agressividade na infância pode ser sinal da presença de transtornos emocionais, bem como de dificuldades no neurodesenvolvimento, como o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Apesar disso, observou-se na prática, assim como Barbosa *et al.* (2011) pontua, que educadores não costumam saber lidar com a agressividade, o que os leva a reforçar tais comportamentos, provocando diversos outros problemas tanto para a criança como para o coletivo de sala de aula e da escola. Com isso, foi possível perceber uma sala de aula com a dinâmica modificada, provocando estresse nas educadoras, bem como exclusão do aluno, tendo em vista que a maioria das outras crianças apresentavam medo de estar perto dele. Essas mudanças tornaram, portanto, tal sala de aula um ambiente adoecedor para todos ali presentes.

No caso das profissionais, há a sobrecarga de suas funções por ser uma criança que demanda maior atenção e cuidado do que as outras, o que pode levar a desgaste na saúde mental, pois, de acordo com Uchôa *et al.* (2021), é uma profissão que lida com diversas demandas e exigências emocionais. Além disso, por não saber como intervir perante o caso citado, acabam realizando ações que contribuem para a não inclusão da criança em questão, pelo contrário, promove a exclusão diante dos outros pares da mesma idade. Em consonância a isso, Barbosa *et al.* (2011) também apontam que as crianças que demonstram comportamentos agressivos tendem a receber pouco investimento acadêmico e afetivo, tanto dos colegas quanto dos professores.

Não obstante, outro ponto que atua em conjunto é a relação que a escola consegue estabelecer com a família da criança. De acordo com relatos, tanto da psicóloga quanto das educadoras, a comunicação e a colaboração realizada com a família tem suas dificuldades, por se tratar de uma estrutura também complexa, com diversas omissões de informações do que ocorre para além do espaço escolar. Nesse sentido, como visto em Barbosa *et al.* (2011), as práticas educativas desenvolvidas pelos pais podem tornarem-se ineficazes e contribuir para intensificar o problema. Dessa forma, pode-se existir um fator que impede a melhoria dos comportamentos da criança e a possibilidade de intervenções realmente suficientes, que envolvam a integração entre as partes. Isso porque, a partir do proposto nos focos de Andrada (2005), é mais do que necessário o envolvimento dos familiares no contexto escolar, trabalhando de forma conjunta com a escola.



A partir do aporte teórico trazido acima sobre intervenção, percebe-se que a prática em psicologia escolar é repleta de particularidades e deve ser, sobretudo, implicada, de modo a questionar as hegemonias calcadas nas tradicionais formas de condução das dinâmicas das relações entre a família e a escola. Diante disso, discutindo em conjunto nas orientações coletivas e com a leitura de obras na área, percebeu-se que uma intervenção focada na criança não seria o suficiente, muito menos o correto, uma vez que ela não representa o problema a ser resolvido. Como foi possível observar, o impasse maior é a dificuldade da docência e da família em lidar com essa questão de forma colaborativa e articulada, refletindo e agindo sobre os conceitos normatizadores de como o estudante deve ser.

A partir disso, foi construído o projeto de intervenção, pautado na educação inclusiva. Para tanto, toma-se como base Glat e Nogueira (2003), os quais afirmam que a escola inclusiva é para todos aqueles que são excluídos por causa de métodos de ensino que são construídos a partir do aluno ideal, o que diz respeito não somente às Pessoas com Deficiência (PcD). Somado a isso, é importante apontar, ainda, que a inclusão na educação é direito de todos os cidadãos brasileiros e está presente em leis e diretrizes de políticas públicas. Como exemplo, entende-se, por meio da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), no capítulo III, artigo 4º, que é dever do Estado garantir o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1996). Já na Política Nacional de Educação Especial, por sua vez, isso é mais aprofundado, apontando aspectos como uma educação por meio da equidade ao longo de toda a vida do indivíduo (BRASIL, 2020).

Desse modo, a intervenção em questão, calcada na ótica mencionada acima, tem o objetivo de promover formação e orientação aos educadores e aos familiares da Educação Infantil, sob as bases da educação inclusiva, possibilitando um ambiente mais acolhedor e saudável na sala de aula. Nesse sentido, é destinada aos familiares e educadores dos anos iniciais da educação infantil, o Infantil II e III, sendo composta por três blocos. São eles: 1) conscientização sobre educação inclusiva, no formato de palestras interativas, com dois encontros de 2h cada; 2) minicurso sobre análise do comportamento aplicada (ABA), com três encontros de 2h cada; e 3) momentos terapêuticos grupais, com dois encontros com duração entre 1h e 1h30.

A partir da proposta em questão, espera-se que seja possível, por parte da escola, o estabelecimento de um ambiente que acolha de maneira adequada as demandas apresentadas pelas crianças em sala de aula, mantendo o diálogo e acompanhamento constante com a família dos alunos. Diante disso, a expectativa é de contribuir cada vez mais para uma



educação inclusiva, trazendo melhorias para a educação brasileira no geral. Não obstante, observando que esse é um problema com relevância nacional, é importante assinalar que ele poderá servir de inspiração para a prática de outras escolas, respeitando as particularidades de cada instituição com devido cuidado e sensibilização.

METODOLOGIA

Com o intuito de chegar na proposta final deste trabalho, o percurso metodológico foi dividido em quatro etapas, os quais ocorreram, em sua maioria, de maneira simultânea até construirmos o desenho metodológico final. Nesse sentido, os passos citados foram: 1) observação sistemática do campo; 2) orientações coletivas por parte da professora orientadora e junto aos colegas da turma; 3) pesquisa bibliográfica sobre a psicologia escolar; e 4) pesquisa bibliográfica sobre a teoria pertinente ao foco do trabalho e possíveis métodos de intervenção.

Diante disso, a primeira, observação do campo, ocorreu durante 10 encontros semanais e presenciais no segmento de educação infantil da escola citada, sob a supervisão da psicóloga da instituição. As observações são parte importante de uma pesquisa, uma vez que, para Marconi e Lakatos (2003), é uma técnica que busca conseguir informações utilizando os sentidos para obter determinadas características da realidade, ou seja, do objeto de estudo. Dessa forma, através desse método, é possível responder a perguntas sobre os mais diversos fenômenos, sobretudo os que competem ao vasto campo psicológico, permitindo chegar aos fins desejados que, no caso deste trabalho, é o problema foco da intervenção.

Já as orientações coletivas, por sua vez, também aconteceram em aulas semanais, com a professora orientadora e dos demais estudantes da turma, com intuito de apresentar relatos das atividades desenvolvidas na semana e compartilhamento de experiências para chegarmos as aproximações na definição do foco de intervenção. As orientações também são parte necessária e importante desse processo, uma vez que os estudantes de estágio básico não estão preparados para lidar com as afetações e experiências do campo, bem como o arcabouço teórico em construção. Dessa forma, tais discentes necessitam de auxílio sobre como lidar com essas questões e como maturá-las para chegar aos aprendizados essenciais ao estágio, adotando uma perspectiva ética e implicada ao longo de todo o percurso.

Além disso, em paralelo, foram realizadas pesquisas bibliográficas sobre a psicologia escolar, a fim de maior conhecimento sobre as teorias e práticas desta área. Por fim, durante o desenvolvimento do processo, aconteceram mais pesquisas bibliográficas com o intuito de compreender aspectos teóricos na definição do foco encontrado e selecionado como objeto de



estudo do trabalho, bem como formatos metodológicos possíveis para a intervenção. Nesse caso, ambos os processos de revisão de literatura mencionados ocorreram por meio de consultas à literatura da área e de artigos nas bases de dados científicos, como o SciELO (*Scientific Electronic Library Online*) e o PePSIC (Períodos Eletrônicos em Psicologia). Vale ressaltar, ainda, que esse processo também é extremamente essencial para a construção de uma proposta interventiva, tendo em vista a necessidade de embasar cientificamente os dados empíricos utilizados.

Por fim, é importante apontar que houve um cuidado com os aspectos éticos da prática em psicologia ao longo de todo os passos citados anteriormente. Como a autora do presente trabalho é apenas estudante da graduação e não tem possibilidade de atuação prática no campo de estágio, principalmente por ser um estágio básico, sua atuação esteve marcada pela observação, a fim de chegar na construção da proposta de intervenção. Essa observação, como visto, foi supervisionada por uma psicóloga atuante em escolas, com devida matrícula em vigência no Conselho Regional de Psicologia de Pernambuco, e acompanhada pela professora orientadora.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após o desenvolvimento do percurso indicado na metodologia, foi selecionado o foco definido para a intervenção já mencionada. Essa problemática possui duas faces: o despreparo dos educadores para lidar com crianças que apresentam comportamentos não-normativos e uma fragilidade na relação entre a escola, por meio dos educadores, e a família dessas crianças, ocasionando em um ambiente desgastante e adoecedor na sala de aula. Com isso, foi possível chegar a uma proposta interventiva com o seguinte objetivo geral:

- Promover atividades formativas e de orientação aos educadores e aos familiares da Educação Infantil, visando o respeito e o cuidado frente às demandas apresentadas por crianças que possuem comportamentos não-normativos, sob a lógica da educação inclusiva, possibilitando um ambiente mais acolhedor e saudável na sala de aula.

Partindo da premissa que o impasse citado é de caráter multidimensional, essa proposta de intervenção deverá ser realizada com toda a equipe de educadores e familiares dos anos iniciais da educação infantil do colégio em questão, tomando como foco o Infantil II e III. É necessário pontuar, ainda, que embora o problema tenha sido observado em uma turma específica, a ausência suporte na inclusão foi observada também em outras classes. Isso



implica dizer, portanto, que a criança em questão não é a primeira, nem será a última com a qual a equipe docente dessa instituição precisará conviver e, sobretudo, propiciar um ambiente acolhedor às suas particularidades no processo educacional. Além disso, é importante apontar que, apesar de ser uma adversidade que acomete toda a personalidade presente na sala de aula, optou-se por não incluir as crianças da turma. Isso porque foi observado que a raiz do problema é, mais do que tudo, um déficit na formação dos educadores e na interação família-equipe educadora. Apesar de tal foco, recomenda-se que, em um segundo momento, deve-se tratar a questão da educação inclusiva em reuniões com o conjunto de pais da escola, a título educativo e de sensibilização para a emergência dessa potencial dificuldade.

Diante o exposto, entende-se, assim como visto em Martínez (2010), que uma das possibilidades de atuação do psicólogo escolar é a formação e orientação de pais e professores, bem como a disponibilização de atendimentos individuais e grupais sobre demandas. Desse modo, para lidar com o objetivo construído, foi idealizada uma proposta a ser aplicada nas instalações da escola, com respeito ao calendário escolar. Haverá, antes de tudo, uma reunião para explicar a necessidade da atenção para educação inclusiva e de intervenção e convocar o público-alvo. A partir disso, será realizada em três blocos as seguintes ações: 1) conscientização sobre educação inclusiva; 2) minicurso sobre análise do comportamento aplicada (ABA); e 3) momento terapêutico e de avaliação da intervenção. Nesses três módulos, haverá a necessidade da participação plena tanto dos educadores quanto das famílias, haja vista a premência de uma prática integrada.

O primeiro deles, intitulado “Conscientização sobre educação inclusiva”, possui o intuito de trazer uma importante introdução, visando sensibilizar os educadores e a família perante o problema. Esse bloco ocorrerá por meio de dois encontros de 2h cada, mediados pela psicóloga da instituição, os quais podem abordar os seguintes temas:

1. “Lidando com o diferente: desmistificando a lógica do bom aluno por um olhar não-normativo”; e
2. “Construindo uma educação inclusiva: quais os papéis dos educadores e da família?”

Na prática, ambos acontecerão no formato de uma palestra interativa, com a utilização de perguntas disparadoras pré-estabelecidas. A palestra interativa, de acordo com Klein e Guedes (2008), é onde ocorre a discussão e introdução à determinado assunto a partir das articulações das opiniões trazidas pelo público-alvo, geralmente por meio de suas vivências, com o conteúdo referente à temática em questão. Optou-se por tal metodologia por considerar



que seria preciso entender as concepções de cada um ali presente para, então, poder desconstruí-las. Sendo assim, nesta intervenção, haverá o início a partir das perguntas mencionadas, mas com uma base teórica previamente construída a partir de debates sobre obras que provam tal discussão entre a psicóloga e a equipe pedagógica da instituição.

O segundo bloco da proposta, por sua vez, é o “Minicurso sobre a ABA”, que consiste na oferta de um minicurso composto por três encontros sobre a Análise do Comportamento Aplicada (ABA) para educadores e familiares. De acordo com Gosch e Vandenberghe (2004), a Análise do Comportamento é caracterizada pela intervenção nas contingências do ambiente natural em que determinado problema acontece. Logo, a intervenção pode, também, consistir no treino de pais ou outros responsáveis que possam assumir o papel de mediadores ao longo do programa de intervenção. Entendendo a escola como uma grande parte da rotina dessas crianças, esses responsáveis podem ser os educadores, que possuem maior contato com a criança no ambiente escolar. A partir disso, serão realizados três encontros com a duração de 2h nos dois primeiros e 3h no último, com o intuito de ensinar o público-alvo a como lidar com os comportamentos indesejados apresentados no cotidiano dessas crianças. O tema dos três encontros são:

1. “Conhecendo a teoria da ABA”;
2. “A ABA e os transtornos do neurodesenvolvimento infantil”; e
3. “A ABA na prática escolar”.

A escolha por minicurso se deu por compreender-se, assim como Ykeizumi e Ribeiro (2020), que configura um método eficiente para divulgação ou atualização de conhecimentos em um período de tempo curto. Quanto à mediação do minicurso, será comandado por uma psicóloga especialista na ABA, com participação da psicóloga e a coordenação pedagógica da instituição. No tocante à condução metodológica dos encontros, será semelhante para os dois primeiros, mas ocorre de forma diferenciada no último momento.

Desse modo, no primeiro e no segundo, os quais possuem cunho mais teórico, ocorreriam de forma interativa, mas de maneira diferente ao modelo de palestras anterior. Isto é, haveria o foco em exposição do conteúdo, mas sem perguntas disparadoras, trazendo o enfoque apenas em estimular a participação da turma por meio de dúvidas, compartilhamento de experiência, entre outras questões. No intervalo entre as duas, seriam sugeridas a realização de registros na busca da identificação desses conceitos iniciais no decorrer da semana após a primeira aula. Esse registro ocorrerá de maneira livre, sendo escolhidos, pelo educador quantos e quais alunos quiser para focar e observar. Já após o segundo encontro,



será possível agregar o conhecimento desses conceitos aos transtornos no registro efetuado, sabendo identificar se determinado comportamento corresponde ou não a algum possível transtorno e se e como poderia receber uma intervenção. Tal atividade é inspirada em um registro similar apresentado no artigo de Pereira e Gioia (2010), adaptado e modificado frente à demanda específica da intervenção em questão, visando facilitar o processo de aprendizagem dos principais elementos da prática da ABA.

No terceiro momento, por sua vez, seria utilizada uma metodologia mais participativa e diversa dos outros dois encontros. Nesse caso, seguindo a lógica da palestra interativa mencionada anteriormente, a apresentação do conteúdo seria articulada com as vivências trazidas pelos participantes. Isto é, haveria a utilização dos registros de comportamento realizados e das experiências dos participantes para se buscar articular com a teoria. A partir do conhecimento desses dados, haveria a exposição de slides, apontando atitudes práticas da ABA nas escolas, sendo ainda articuladas com o conteúdo da atividade realizada pelos participantes.

Posteriormente, no terceiro bloco, intitulado “Momentos terapêuticos grupais”, serão realizados dois encontros grupais, a fim de minimizar e prevenir possíveis danos à saúde mental de educadores e familiares, os quais são:

1. “Desafios e possibilidades da educação inclusiva: o que está ao meu alcance?”; e
2. “Perspectivas pós-capacitação: possibilidades e desafios”

No tocante ao tempo, cada um ocorrerá utilizando entre 1h ou 1h30. Além disso, este também será mediado pela psicóloga da escola, junto à um/a psicólogo/a especializado/a em grupos, com a participação, também, da coordenação pedagógica. Essas ações terapêuticas serão pautadas na metodologia do Grupo Operativo de Pichon-Riviere, que pode possuir diversos intuitos, conhecidos como tarefas (BASTOS, 2010). Nesse caso, em específico, o intuito da tarefa será terapêutico, de acordo com a particularidade da demanda.

Dentro dessa metodologia, há a presença de coordenador e observador, que seriam, respectivamente, a/o psicóloga/o atuante em grupos e a psicóloga da instituição. O coordenador agiria como o participante que está ali para tensionar e mobilizar o conteúdo trazido, enquanto que o observador fica responsável por registrar e trazer as suas anotações para a necessária discussão posterior com o coordenador da sessão do grupo.

Com a finalidade de iniciar as atividades e de quebrar o gelo, o/a coordenador/a pode trazer dinâmicas visando aproximar os participantes e propor reflexões sobre os temas. Como sugestão para as dinâmicas, indica-se a obra de McCarthy e Galvão (2001), a qual traz



diversas propostas de como intervir considerando diversas temáticas. Além disso, também é sugerido a utilização de perguntas disparadoras sobre o assunto. No entanto, tudo isso poderá ser modificado e ficará à critério da mediação do grupo, entendendo as particularidades de cada momento grupal.

Por meio desse último bloco, além de fornecer um espaço de escuta e acolhimento às demandas enfrentadas por educadores e familiares ao longo do processo, seria possível realizar uma avaliação da intervenção. Essa análise seria pautada no formato de uma avaliação da experiência, presente no tema dos dois encontros, e deverá ser estimulada por meio das perguntas disparadoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, espera-se, com tal proposta, contribuir para a construção de um ambiente escolar acolhedor e saudável para os educadores, os pais e para as crianças que possam vir a apresentar comportamentos não-normativos, além de melhorar a integração entre família e escola. Como foi apontado anteriormente, o intuito maior deste trabalho é contribuir para a redução de preconceitos e, simultaneamente, permitir aos educadores e aos familiares conhecimentos e instrumentos para lidar melhor com a educação inclusiva. A partir disso, a expectativa é de garantir uma educação mais inclusiva para todos, contribuindo para uma educação brasileira cada vez melhor.

Por fim, é importante ressaltar que o tema possui relevância nacional e não é exclusivo da escola em questão. Desse modo, apesar dessa intervenção ter sido construída pensando em uma instituição específica, ela poderá servir de inspiração para outras propostas. No entanto, isso deve ocorrer respeitando as particularidades de cada local, a fim de uma prática implicada e com princípios éticos. Somente a partir desse cuidado e sensibilização, portanto, será possível diminuir as dificuldades ocorridas no âmbito escolar.

REFERÊNCIAS

ANDRADA, E. G. C. Focos de intervenção em psicologia escolar. **Psicologia Escolar e Educacional**, Campinas, v. 9, n. 1, p. 163-165, jun. 2005.

BARROS, P.; SILVA, F. B. N. Origem e manutenção do comportamento agressivo na infância e adolescência. **Rev. bras. ter. cogn.**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 55-66, jun. 2006.

BARBOSA, A. J. G. *et al.* Agressividade na infância e contextos de desenvolvimento: família e escola. **Psico**, v. 42, n. 2, p. 228-235, jan. 2011.

BASTOS, A. B. B. I. A técnica de grupos-operativos à luz de Pichon- Rivièr e Henri Wallon. **Psicólogo informação**, São Paulo, v. 14, n. 14, p. 160-169, out. 2010.

BRASIL. Decreto n. 10.502, de 30 de setembro de 2020. **Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida.**

Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.502-de-30-de-setembro-de-2020-280529948>>. Acesso em: 29 set. 2021.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 29 set. 2021.

GLAT, R.; NOGUEIRA, M. L. L. Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil. **Caderno do Programa de Pós-Graduação em Educação**, v. 10. n.1, jun. 2003.

GOSCH, C. S.; VANDENBERGHE, L. Análise do comportamento e a relação terapeuta-criança no tratamento de um padrão desafiador-agressivo. **Rev. bras. ter. comport.**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 173-182, dez. 2004.

KLEIN, M. M. S; GUEDES, C. R. Intervenção psicológica a gestantes: contribuições do grupo de suporte para a promoção da saúde. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 28, p. 862-871, 2008.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa. In: _____. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5 ed. São Paulo: **Atlas**, 2003. Cap. 9. p. 174-214.

MARTÍNEZ, A. M. O que pode fazer o psicólogo na escola? **Em Aberto**, Brasília, v. 23, n. 83, p. 39-56, mar. 2010.

MCCARTHY, J.; GALVÃO, K. Um recurso para o teatro, participação e desenvolvimento. Recife: **Projeto ARTPAD**, 2001.

NEIVA, K. M. C. Intervenção psicossocial: aspectos teóricos, metodológicos e experiências práticas. In: _____. **O que é intervenção psicossocial?** São Paulo: **Editora Vetor**, 2010. Cap. 1. p. 13-24.

PEREIRA, C. M.; GIOIA, P. S. Formação de professores em análise do comportamento para manejo de comportamentos considerados violentos de alunos. **Revista brasileira de terapia comportamental e cognitiva**, São Paulo, v. 12, n. 1-2, p. 121-145, jun. 2010.

UCHÔA, G. A. *et al.* Intervenção da psicologia escolar para a saúde mental do professor. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 2, p. 20400-20420, fev. 2021.

YKEIZUMI, L.; RIBEIRO, E. Difusão do conhecimento por minicurso: Aprimoramento da metodologia Analytic Hierarchy Process (AHP) para o mapeamento de fenômenos socioambientais. **Metodologias e Aprendizado**, [S. l.], v. 2, p. 190-196, 2020.